

PERSPECTIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR E AGROECOLÓGICA SOB A ÓPTICA DOS POVOS DE TERREIRO EM PERNAMBUCO

Michael Alecksander da Silva Rodrigues¹

Marco Aurélio Ribeiro²

Glédson Luiz Pontes de Almeida³

RESUMO

A agricultura familiar está presente nos territórios rurais e da cidadania das três grandes regiões do estado pernambucano, sendo possível identificar nestas áreas vários povos marginalizados e que são praticantes dessa modalidade de agricultura, frequentemente enraizada nos preceitos agroecológicos. A agroecologia é entendida como um enfoque científico destinado a apoiar a transição dos atuais modelos de desenvolvimento rural e de agricultura convencionais para estilos de desenvolvimento rural e de agriculturas sustentáveis. Os terreiros, além de espaços religiosos, são reconhecidos por sua inserção e ampla atividade social e no tocante aos seus costumes alimentares, a cozinha ritual dos povos e comunidades de matriz africana é marcada pela vivência do sagrado e da ancestralidade. O presente estudo teve como objetivo promover um maior entendimento sobre agricultura familiar e agroecologia a partir da análise das práticas agroecológicas desenvolvidas pelos povos de terreiro. Os resultados contidos nesse estudo foram obtidos através de entrevistas dirigidas aos representantes dos povos de terreiro participantes do evento de Diálogos em Agroecologia. E assim permitiu compreendê-la através da óptica desses atores sociais e, conseqüentemente, vivenciar traços marcantes das religiões de matriz africana, assim como o modo como elas se integram à natureza, como também as alternativas utilizadas a fim de promover uma prática sustentável quanto ao manejo do solo, dentro dos moldes agroecológicos.

Palavras-chave: Desenvolvimento Rural, Ancestralidade, Diálogos em Agroecologia, Matriz Africana, Sustentabilidade.

INTRODUÇÃO

De acordo com a Constituição brasileira, materializada na Lei nº 11.326 (BRASIL, 2006), considera-se agricultor familiar aquele que desenvolve atividades econômicas no meio rural e que atende alguns requisitos básicos, tais como: não possuir propriedade rural maior que 4 módulos fiscais; utilizar predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas de propriedade; e possuir a maior parte da renda familiar proveniente das atividades agropecuárias desenvolvidas no estabelecimento rural.

¹Graduado do Curso de Engenharia Agrícola e Ambiental da Universidade Federal - UFRPE, michaelalecksander@hotmail.com;

²Mestre do Curso de Engenharia Química da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, marco.aurelioribeiro@ufpe.br;

³Professor orientador: Pós-doutor, Engenharia Agrícola e Ambiental da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE, gledson81@hotmail.com.

A agricultura familiar está presente nos territórios rurais e territórios da cidadania das três grandes regiões do estado (sertão, agreste e zona da mata), sendo possível identificar nestas áreas vários povos marginalizados e que são praticantes dessa modalidade de agricultura, tais como indígenas, comunidades quilombolas, pescadores artesanais, acampados e assentados da reforma agrária, ciganos, atingidos por barragens, juventude rural baseados em princípios da agroecologia.

Conforme o Censo Agropecuário Brasileiro (IBGE, 2006), verifica-se a força e a importância da agricultura familiar para a produção de alimentos no país. Aproximadamente 84,4% dos estabelecimentos agropecuários do país são da agricultura familiar. Em termos absolutos, são 4,36 milhões de estabelecimentos agropecuários. Entretanto, a área ocupada pela agricultura familiar era de apenas 80,25 milhões de hectares, o que corresponde a 24,3% da área total ocupada por estabelecimentos rurais. Isso revela uma concentração fundiária e uma distribuição desigual de terras no Brasil. Se realizarmos uma média do tamanho das propriedades familiares e não familiares, teríamos, respectivamente, 18,37 e 309,18 de hectares. Ou seja, é um abismo muito grande entre minifúndio e latifúndio. Outro dado interessante é que dos 80,25 milhões de hectares de área da agricultura familiar, 45,0% destinavam-se às pastagens; 28,0% eram compostos de matas e flores.

A agroecologia surgiu como uma alternativa para enfrentar os problemas gerados pelo modelo de agricultura convencional industrial estabelecido com a revolução verde, especialmente os monocultivos agrícolas, responsáveis pela diminuição da biodiversidade dos sistemas naturais (PAZINI, 2015). De maneira simplificada, a agroecologia pode ser entendida como a harmonização entre os princípios ecológicos e o desenvolvimento de agroecossistemas sustentáveis.

A agroecologia, defendida por diversos atores do mundo rural, é vista como uma proposição científica, como um conjunto de práticas sociais e técnicas e como um movimento social (WEZEL, et al. 2009). Ela é fundamentada em princípios ecológicos e sociais, busca promover mudanças no processo de produção da agricultura convencional, a partir de uma abordagem interdisciplinar e do estabelecimento de pesquisas participativas, valorizando o saber ou conhecimento local (ALTIERI, 2006).

Trata-se de uma orientação cujas contribuições vão muito além de aspectos meramente tecnológicos ou agrônômicos da produção, incorporando dimensões mais amplas e complexas, que incluem tanto variáveis econômicas, sociais e ambientais, como variáveis culturais, políticas e éticas da sustentabilidade" (CAPORAL; COSTABEBER, 2015, p.268).

Nesse sentido, o presente estudo teve como objetivo promover um maior entendimento sobre agricultura familiar e agroecologia a partir da análise das práticas agroecológicas desenvolvidas pelos povos de terreiro, além de evidenciar como essesatores sociais se expressam na composição do meio rural pernambucano.

METODOLOGIA

O Núcleo de Agroecologia e Campesinato - NAC da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE em parceria com movimentos sociais e instituições do estado e da sociedade civil propôs o evento: Dialógo de Conhecimento em Agroecologia. Este foi produto da integração de três eventos: II Jornada dos Povos de Pernambuco, III Seminário Estadual de Agroecologia e II Seminário Internacional de Agroecologia, cujo objetivo principal é o de promover um amplo diálogo de conhecimentos em agroecologia, visando a aproximar e articular diferentes atores sociais para fortalecer as lutas e reivindicações por terra, território e soberania alimentar em Pernambuco. Este conjunto de atividades de natureza didática e formativa visa a promover um diálogo sobre agroecologia com representantes da população rural e urbana, particularmente estudantes e professores de universidades e institutos federais tecnológicos, representantes de movimentos sociais da cidade, pesquisadores, extensionistas, gestores públicos vinculados a órgãos de desenvolvimento rural, entre outros (UFRPE, 2015).

Com esse evento foi possível ter o contato com povos de terreiro, que legalmente, os terreiros, além de espaços religiosos são reconhecidos por sua inserção e atividade social ampla. “Os espaços de práticas das religiões de matriz africana são, no Brasil, não apenas locais de culto religioso, mas também instrumentos de preservação das tradições ancestrais africanas e de luta contra o preconceito e de combate à desigualdade social. Em sua maioria, estão localizados em área de vulnerabilidade social e caracterizam-se como espaços de solidariedade, acolhimento e promoção de ações sociais para toda a população que vive em seu entorno” (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 2011).

Os terreiros são espaços muito diversos, dependendo principalmente das condições de vida do responsável e dos participantes. Geralmente quanto à parte religiosa são constituídos por barracões e/ou salas onde se realizam os cultos e praticas religiosas, jardins ou plantas em vasos e locais de assentamento dos santos.

Enquanto organização interna da parte religiosa há uma hierarquia que se estabelece conforme a responsabilidade e função, sendo a autoridade espiritual e moral concentrada nos chamados “Babalorixás” ou “Yalorixás”.

Mais recente com a maior participação política os terreiros criam associações civis, centros sociais e culturais, reconhecidos legalmente, que possibilita o acesso a políticas públicas.

Nas Associações civis a vivência e as atividades desenvolvidas, como seminários, história africana, dança afro, direitos humanos e religiosos, cursos diversos, distribuição de cestas básicas, atendimento à saúde, campanhas de aconselhamento sobre AIDS, telecentros, orientação jurídica etc, são públicas, abertas a qualquer pessoa, independente de crença. Na parte social participam eventualmente os filhos da casa, mas agregam também simpatizantes, interessados, muitas vezes estudantes, professores, dentro outros segmentos, geralmente em trabalhos voluntários.

No tocante à alimentação a cozinha ritual dos povos e comunidades de matriz africana e de terreiros, considerando todo os materiais, objetos, pessoas, preparos e processos nela implicados, constitui-se como um espaço de plena atenção e de sutilezas, marcado pela vivência do sagrado e da ancestralidade. Tem-se, assim, em todos os espaços e âmbitos da comensalidade, cuidados e práticas tradicionais ancestrais que não podem ser pensados de forma dissociada da sua dimensão espiritual e religiosa, devendo ser compreendidos como integrando reciprocidades mútuas, estabelecida entres os seres humanos, as divindades e as coletividades implicadas nesses contextos (MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS, 2018)

Segundo Wanderson Flor do Nascimento (2015), para as religiões de matriz africana e de terreiros os alimentos constituem uma das principais formas de socialização da existência no mundo, sendo a comida sempre pública e comunitária, independente da origem religiosa, da condição social ou financeira dos participantes natos ou acolhidos nas refeições, sempre compartilhadas.

Conforme também atestam os resultados da pesquisa “Mapeando o Axé – Pesquisa Socioeconômica e Cultural das Comunidades Tradicionais de Terreiro” (MDS/UNECO, 2010-2011), nas capitais e regiões metropolitanas dos Estados do Pará, Pernambuco, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, os povos e comunidades tradicionais de matriz africana e de terreiros têm a sua importância reconhecida em comunidades marcadas pela escassez de alimentos e de baixas condições socioeconômicas. Nesses espaços, marcados pela

solidariedade social e étnica, é prática comum a distribuição de alimentos, a valorização dos alimentos saudáveis, diversificados e culturalmente adequados.

A obtenção dos dados do presente estudo baseou-se no acompanhamento do evento Diálogo de Conhecimento em Agroecologia e no colhimento de informações mediante entrevistas conduzidas aos representantes dos povos de terreiro a fim de reunir informações que permitissem o entendimento de como eles desenvolvem as práticas agrícolas baseadas em fundamentos da agricultura familiar e preceitos agroecológicos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Entrevistado 1:

Antonio Augusto mora em Jaboatão, nascido em Belém de São Francisco, não é proprietário do terreno onde trabalha, porém possui um local próprio de cultivo com proporções de 15m x 16m. Na área onde trabalha cultiva milho, cebola, banana, feijão, além de promover piscicultura e criação de bovinos. A terra consiste no local de trabalho e a propriedade onde trabalha supera a marca de 12 hectares, dos quais uma pequena parte é dedicada à área verde e a maior fatia do território é dedicada à produção. Com relação aos familiares há aqueles que se dedicam às atividades do sítio e alguns que atuam como técnicos agrícolas. Busca minimizar o uso de agrotóxicos em prol de uma agricultura mais sustentável. Declarou que a vida no campo é árdua, com problemáticas referentes à produção e locomoção dentro da área do seu terreiro.

Entrevistado 2:

Marcos nasceu e mora em Camaragibe, possui um terreiro em Aldeia e conta com a participação de 30 “filhos”. É proprietário do terreiro e conduz um projeto que visa à implantação de hortas para pequenos espaços, há um embrião relacionado à implantação de hortas verticais dentro da região metropolitana. Participação de técnicos na elaboração do projeto, consistindo num plano piloto. Possui um terreiro de dimensões desconhecidas, mas que é considerado entre os maiores terreiros dentre os participantes. Conta com a participação efetiva dos “filhos” nas atividades promovidas no terreiro e executa atividades sociais para a integração da comunidade que convive nos arredores. Dentre os cultivos, destacam-se os de manjerição, arruda, cebolinha, acelga e demais ervas relacionadas aos rituais sagrados cotidianos. A Produção se limita à subsistência, visto que não está atrelada a obtenção de

lucros, o que romperia um dos pilares das crenças dos povos de terreiros. A apreciação religiosa se inicia desde o cultivo, esse que é realizado por alguém que esteja totalmente vinculado ao terreiro, estando assim apto a desfrutar dos benefícios atrelados à prática, e segue até o uso do produto final. Baseia-se na utilização de técnicas naturais no combate a pragas, como por exemplo, o uso da água do fumo de rolo em detrimento à utilização dos agrotóxicos. E tais práticas saudáveis estão em consonância com suas ideologias religiosas.

Entrevistado 3:

Verônica nasceu e mora em Paulista. É proprietária do terreiro, que abrange uma área reduzida, que abriga os familiares e recebe participantes da comunidade vinculados a uma espécie de projeto de extensão. No terreiro há a existência de hortas verticais e horizontais utilizadas para a produção das ervas empregadas nos rituais sagrados, com diversos fins, como por exemplo, banhos fitoterápicos, alimentação, ornamentação e afins. Não há a comercialização por motivo de ferir aspectos religiosos, conseqüentemente, os excedentes são doados. Para o combate das pragas são utilizados métodos naturais como a aplicação de fumo de rolo em substituição aos agrotóxicos.

Assim, percebe-se que em comum os entrevistados desenvolvem suas atividades em áreas de pequeno porte, aspecto que é marcante às práticas de agricultura familiar e agroecologia e por vezes adotam estratégias que propiciam o maior aproveitamento dos espaços disponíveis, como as hortas verticais por exemplo. Geralmente incluem projetos sociais que integram a comunidade em seu redor, também na tentativa de desmistificar a cultura e as práticas religiosas de matriz africana, uma vez que se trata de uma religião fortemente discriminada no país.

A própria agricultura praticada pelos povos de terreiro se mistura à religiosidade, visto que por vezes o cultivo inclui ervas utilizadas em seus rituais, como também o ato de cultivar traduz a integração que esse povo possui com a natureza, estabelecendo assim uma visão agrícola holística e também um instrumento de expressão cultural e de identidade.

Ainda em conformidade aos preceitos religiosos, adotam a aplicação de métodos naturais ao combate das pragas agrícolas, como a água de fumo de rolo, em substituição aos tradicionais agrotóxicos aplicados na agricultura latifundiária e tradicional.

Bem como a prática agrícola não se traduz em fins comerciais, aspecto que conflituaria com os princípios religiosos arraigados, e sim na subsistência e na produção dos

alimentos aplicados em suas crenças religiosas. Por conseguinte, os excedentes da produção são doados à própria comunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tornou-se possível compreender a agroecologia através da óptica dos povos de terreiro e, conseqüentemente, vivenciar traços das religiões de matriz africana, assim como o modo como elas se integram à natureza e como essa se associa aos rituais sagrados por eles praticados, como também as alternativas utilizadas a fim de promover uma prática sustentável quanto ao manejo do solo, dentro dos moldes agroecológicos.

No que se refere à alimentação, os povos de terreiros são, por assim dizer, produtores e consumidores de alimentos saudáveis e diversos, geralmente provenientes de práticas sustentáveis quanto ao uso e manejo da biodiversidade, pautados pelos princípios da agroecologia, diversidade de culturas e da economia solidária.

Chama atenção o desgaste sofrido pelas religiões de matriz africana na forma de preconceito e intolerância frente à sociedade e a conseqüente dificuldade em se expressar em virtude dessa resistência imposta e que se reflete em todos os setores de sua atuação social, não sendo diferente na produção agrícola por eles desenvolvida.

Em resposta à discriminação, os povos de terreiro têm adotado projetos de extensão voltados sobretudo ao cultivo de hortas em pequenos espaços nas comunidades que estão inseridos como uma forma eficiente de desmistificar sua identidade cultural, além de inserir a sociedade em suas práticas agroecológicas.

REFERÊNCIAS

ALTIERI, M., TOLEDO, V., 2011. **The agroecological revolution in Latin America: rescuing nature, ensuring food sovereignty and empowering peasants.** Journal of Peasant Studies, vol. 38, n° 3, pp. 587-612.

BRASIL. **Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006.** Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm>. Acesso em: 18 de agosto de 2019.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Alimento: Direito Sagrado – Pesquisa Socioeconômica e Cultural de Povos e Comunidades Tradicionais de Terreiros.** Brasília, DF: MDS; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2011.

CAPORAL, F. R. & COSTABEBER, J. A. (2015). **Agroecologia: conceitos e princípios para a construção de estilos de agriculturas sustentáveis**. Em Novaes, H.; Mazin, A.D. & Santos, L. (Orgs.). *Questão agrária, cooperação e agroecologia*. São Paulo: Outras Expressões.

Comunidades Tradicionais de Matriz Africana e Povos de terreiro: Segurança Alimentar, nutricional e Inclusão produtiva / elaboração de Taís Diniz Garone– Documento eletrônico – Brasília: Ministério dos Direitos Humanos, 2018, 242 p.

FLOR DO NASCIMENTO, W. **Jindengue – Omo-kékeré**: Notas desde alguns olhares africanos sobre infância e formação. In: XAVIER, Ingrid Müller; KOHAN, Walter Omar (orgs.). *Filosofar: aprender e ensinar*. Belo Horizonte: Autêntica, p. 41-51, 2012.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. **Censo Agropecuário 2006**: resultados preliminares. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

UFRPE – Universidade Federal Rural de Pernambuco. **II Jornada dos Povos transforma a UFRPE numa grande roda de saberes populares entre 22 e 24/09**. 2015. Disponível em: <<http://ufrpe.br/br/content/ii-jornada-dos-povos-transforma-ufrpe-numa-grande-roda-de-saberes-populares-entre-22-e-2409>>. Acesso em: Agosto de 2015.

PAZINI, R. C.; MINGOTTE, F. L. C. **Princípios agroecológicos no agronegócio**. In: III SIMTEC – Simpósio de Tecnologia da FATEC Taquaritinga . Disponível em : <www.fatectq.edu.br/SIMTEC>. 8 p. Outubro de 2015.

WEZEL, A.; BELLON, S. DORÉ, T.; FRANCIS, C.; VALLOD, D.; DAVID, C. **Agroecology as a science, a movement and a practice**: a review. Paris: INRA, 2009.